

A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NAS PESQUISAS DOMICILIARES BRASILEIRAS: HARMONIZAÇÃO E COMPARAÇÃO ENTRE CENSOS, PNADS E POFs

Pedro Herculano Guimarães Ferreira de Souza

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea

Os censos, as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) e as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) são as três principais fontes de dados para o estudo da distribuição de renda no Brasil. Mas, muitas vezes, os resultados obtidos em cada uma delas parecem incompatíveis uns com os outros. O objetivo deste texto é explicar estas diferenças, tomando as PNADs como parâmetro. A principal hipótese é que um número relativamente pequeno de procedimentos de harmonização que aproxima o desenho das três pesquisas é capaz de promover grande convergência dos resultados.

Os procedimentos propostos podem ser agregados em três grandes grupos. O primeiro é o chamado “filtro amostral”, que consiste na exclusão dos moradores do Norte rural (exceto Tocantins), para compatibilizar os censos, as POFs e as PNADs 2004-2011 com as PNADs anteriores; a exclusão do 0,1% da população com maior renda domiciliar *per capita* dos censos, pois se trata de um público que não consegue ser captado em amostras menores; e a exclusão nos censos dos municípios não autorrepresentativos não sorteados pelo desenho amostral das PNADs 2001-2009.

O segundo é o “filtro conceitual”, que se limita a manter nas POFs apenas os rendimentos também captados pelos censos e pelas PNADs, excluindo, principalmente, rendimentos não monetários e alguns relacionados ao trabalho assalariado formal.

O terceiro é o “filtro de tratamento”. No caso dos indivíduos com rendimentos ignorados – isto é, que não quiseram ou não souberam responder a alguma pergunta sobre renda –, utilizou-se nas PNADs um método de imputação por *hot deck* parecido com o aplicado pelo IBGE nos censos e nas POFs. No caso dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual a zero, foi empregado um modelo de análise de conglomerados nos censos e nas PNADs para dividi-los em domicílios com perfil de pobreza extrema e domicílios com perfil

claramente não pobre. Em seguida, os domicílios com perfil claramente não pobre tiveram rendimentos imputados também por *hot deck*.

Como qualquer harmonização *ex post*, esses ajustes são muito imperfeitos. Apesar disso, os resultados confirmam, em larga medida, a hipótese principal: o retrato que emerge do Brasil nos censos, nas PNADs e nas POFs é coerente e robusto após a harmonização. Ainda que haja pequenas variações quanto aos níveis de renda, desigualdade e pobreza, pode-se afirmar que, pelo menos de acordo com os dados disponíveis até o momento, o crescimento da renda e a queda da desigualdade e da pobreza podem ser considerados fenômenos bem estabelecidos. Grande parte das discrepâncias entre censos, PNADs e POFs decorre de questões amostrais, conceituais e de tratamento relativamente intuitivas, que podem ser minimizadas com os procedimentos sugeridos. O desenho de cada pesquisa influencia fortemente seus resultados, e, portanto, não se deve estranhar que os números produzidos não sejam diretamente comparáveis.